



Câmara Municipal
de
Jundiaí

Interessado: JOSÉ PEDRO RAIMUNDO

PROJETO DE LEI N.º 1.073

Assunto: Considerando de utilidade pública a Associação Jundiajense da

Pais e Amigos dos Excepcionais.

Lei decretada sob n.º 829
Lei promulgada n.º 800

ANQUIVE-SE
Tomada
Secretaria Administrativa
30/11/59.

Proc. N.º 7.985
Clas. 503 - 560

2
81

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

A CJR e CECHAS.
J. Pedro Raimundo
Presidente da Câmara,
18/11/59.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ EXPDIENTE

* NOV 16 1959 *
PROTÓCOLO N.º 07985
CLASSIF. 503-560

PROJETO DE LEI Nº 1.073

ART. 1º - Fica considerada de utilidade pública a Associação Jundiaiense de Pais e Amigos dos Expcionais.

ART. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Saiu das Sessões, 16/11/1959.

Jose Pedro Raimundo
José Pedro Raimundo

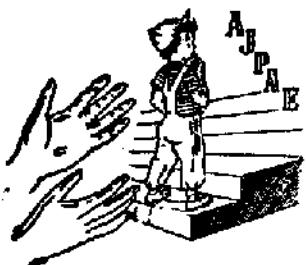
*Assento de
1º e 2º turnos
de 30.11.1959*

3/8

ESTATUTOS

DA

Associação Jundiaiense de Pais
e Amigos dos Expcionais



JUNDIAF
Est. São Paulo

Associação Jundiafense dos Pais e Amigos dos excepcionais

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Da instituição, seus fins e sede

Art. 1.o — Com o nome de Associação Jundiafense de Pais e Amigos dos Excepcionais, fica fundada nesta data, 7 de Setembro de 1957, para durar por prazo ilimitado, uma sociedade civil, com sede e fôro no município de Jundiaí, cujos objetivos são:

- a) — promover o bem estar e ajustamento social dos indivíduos excepcionais de todas as idades, onde quer que estejam, em casa, no trabalho, na comunidade, nas instituições e nas escolas públicas, particulares ou religiosas;
- b) — estimular os estudos e pesquisas relativos ao problema dos excepcionais;
- c) — levar o público a compreender melhor o problema dos excepcionais e cooperar com as entidades interessadas no mesmo problema;
- d) — cooperar com as instituições públicas e particulares, empenhadas na educação de excepcionais, e incentivar a disseminação das mesmas;
- e) — estimular o trabalho artesanal dos excepcionais por meio de exposições, de cooperativas e das medidas que forem julgadas necessárias;
- f) — desenvolver a cultura especializada e

o treinamento de pessoal destinado a trabalhar no campo da educação para excepcionais;

g) — promover a constituição de um fundo de auxílio às obras e aos egressos dos estabelecimentos de assistência à infância excepcional;

h) — promover a criação de agência de emprégos para excepcionais;

i) — formar um centro de divulgação, reunindo e disseminando informações referentes aos excepcionais, inclusivé a organização de um cadastro atualizado das instituições nacionais e estrangeiras devotadas aos mesmos;

j) — facilitar o intercâmbio entre associações congêneres de iniciativa privada ou pública, existentes no Brasil e no estrangeiro e designar representantes para Congressos Internacionais;

k) — manter a publicação de um boletim informativo sobre os trabalhos realizados pela Associação;

l) — promover junto aos órgãos oficiais a obtenção de medidas legislativas e administrativas visando os interesses dos excepcionais;

m) — encarregar-se da defesa dos interesses jurídicos dos excepcionais inclusivé a curadoria;

n) — angariar e recolher fundos para a realização dos propósitos da Associação.

S único — O termo "excepcional" é interpretado de maneira a incluir crianças, adolescentes e pessoas de maior idade, que se des-

viera acentuadamente para cima ou para baixo da norma de seu grupo em relação a uma ou várias características mentais físicas ou sociais, ou qualquer combinação destas, de forma a criar um problema especial com referência a sua educação, desenvolvimento e ajustamento ao meio social.

CAPÍTULO II

Dos Sócios

Art. 2.o — Serão admitidos como sócios, em número ilimitado, os pais, as pessoas e instituições idôneas que se interessarem pelos objetivos da Associação.

Art. 3.o — Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais e serão distribuídos pelas categorias seguintes:

- a) — contribuintes os que concorram para a Associação com uma quota anual em dinheiro ou com prestação de serviços;
- b) — colaboradores os que além da contribuição em dinheiro tragam o concurso de seu esforço pessoal;
- c) — correspondentes os que residam em outros pontos do território nacional ou em país estrangeiro;
- d) — beneméritos os que prestem serviços relevantes à Associação ou contribuam com uma quantia vultuosa;
- e) — honorários as pessoas eminentes a quem o órgão competente houver por acertado

distinguir com esse título.

§ único — As pessoas que comparecerem à sessão inaugural da Associação e depois assinarem a respectiva Ata serão considerados sócios fundadores.

Art. 4.o — As contribuições dos sócios serão fixadas pelo Conselho Fiscal, só podendo ser modificadas no início de cada exercício.

CAPÍTULO III

De Administração

Art. 5.o — São órgãos da Associação: 1) Assembléia Geral; 2) Conselho Fiscal; 3) Diretoria; 4) Supervisora.

Art. 6.o — A Assembléia Geral será constituída dos sócios quites que a ela comparecerem.

§ 1.o — Para participar das Assembléias Gerais far-se-á por notificação individual e publicação na imprensa com antecedência de oito dias com relação à última, excepto no caso do Artigo 25.o. A Assembléia Geral instala-se em primeira convocação com a presença da maioria dos sócios. A segunda convocação instala-se com qualquer número.

§ 2.o — A Assembléia Geral extraordinária será convocada pela maioria absoluta dos membros do Conselho Fiscal ou da Diretoria, ou por um grupo de 30 sócios.

Art. 7.o — À Assembléia Geral compete:

- a) aprovar o Relatório da Diretoria, junta-

mente com o parecer do Conselho Fiscal, sobre as atividades e situação financeira da Associação em cada exercício;

- b) eleger o Conselho Fiscal e a Diretoria;
- c) reformar os Estatutos;
- d) resolver sobre a fusão, incorporação e dissolução da Associação, devendo neste último caso indicar instituição de fins análogos ou benéficos do município às quais deverá ser entregue o patrimônio social.

Art. 8.º — A Assembléia Geral ordinária reunir-se-á uma vez em cada dois anos, em dezembro, para os fins determinados nos itens "a" e "b" do artigo 7.º.

Art. 9.º — A Assembléia Geral extraordinária será convocada para os objetivos dos itens "c", e "d" do art. 7.º.

§ único — As Assembléias Gerais serão sempre presididas pelo Presidente da Associação, em sua falta pelo Vice-Presidente da Associação e, na falta deste por sócio eleito na ocasião.

Art. 10.º — O Conselho Fiscal, composto de sócios preferencialmente colaboradores, será eleito pela Assembléia com mandato de dois anos.

§ único. — O número de membros do Conselho poderá variar de 15 a 21 conforme deliberação da Assembléia Geral, por proposta da Diretoria.

Art. 11.º — Compete ao Conselho Fiscal:

- a) — elaborar o regimento interno;

- b) — eleger os sócios honorários e benemeritos por maioria absoluta;
- c) — aprovar as contas da Diretoria examinadas pelo Conselho Fiscal;
- d) — aprovar o plano de atividades anuais, o orçamento e autorizar despesas extraordinárias;
- e) — traçar normas para que possam ser contraídas obrigações e efetuados pagamentos;
- f) — aprovar o plano de constituição das comissões permanentes, encarregadas do estudo de assuntos educativos e de execução dos fins sociais, bem como criar, a qualquer tempo, comissões para fins especiais;
- g) — opinar acerca das consultas feitas pela Diretoria;
- h) — deliberar sobre casos omissos nestes estatutos.

§ único — As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas com a presença, no mínimo da terça parte dos seus membros.

Art. 12.o — O Conselho Fiscal reunir-se-á nos prazos que fixar o regimento interno, e extraordinariamente, mediante convocação da Diretoria ou de um terço dos seus membros. À presidência do Conselho se aplica o disposto no § único do art. 10.o.

§ único — Os membros da Diretoria poderão assistir as reuniões e participar das mesmas sem direito a voto.

Art. 13.o — A Diretoria será composta de presidente, vice-presidente, secretário geral, se-

cretário adjunto, tesoureiro e tesoureiro adjunto.
§ único — O mandato da Diretoria será de dois anos.

Art. 14.o — Compete à Diretoria:

- a) — Colimar a realização dos fins a que se destina a Associação;
- b) — elaborar os ante-projetos a serem submetidos ao Conselho Fiscal, para execução das atribuições do mesmo órgão, definidas nos itens a, b, c, d, e g, do art. 11.o;
- c) — admitir os sócios contribuintes e eleger os sócios colaboradores e correspondentes;
- d) — nomear e prover os cargos de Supervisor, administrativos e técnicos.

Art. 15.o — A Diretoria se reunirá pelo número de vezes que for determinado pelo Regimento Interno, sendo necessária a presença pelo menos quatro de seus membros para as deliberações.

Art. 16.o — Compete ao Presidente:

- a) — Presidir as sessões da Assembléia Geral, do Conselho Fiscal e da Diretoria;
- b) — Convocar a Assembléia Geral, o Conselho Fiscal e a Diretoria, para as respectivas reuniões ordinárias;
- c) — representar a Associação em juizo ou fora dele, ativa e passivamente;
- d) — apresentar à Assembléia Geral relatório anual das atividades da Associação;
- e) — assinar os cheques e ordens de pagamento conjuntamente com o tesoureiro;

f) — decidir com o seu voto os casos de empate nas deliberações da Diretoria.

Art. 17.o — Compete ao Secretário Geral:
a) — superintender os serviços da Secretaria;

b) — secretariar as reuniões do Conselho e da Diretoria.

Art. 18.o — Compete ao 2.o Secretário:
a) - substituir o secretário geral nos seus impedimentos temporários ou eventuais.

Art. 19.o — Compete ao Tesoureiro:
a) - ter sob a sua guarda e responsabilidade valores da Associação;

b) - dirigir a arrecadação da renda social e depositá-la nos limites e pela maneira que forem estabelecidas pelo Conselho Fiscal;

c) - assinar cheques e ordens de pagamento conjuntamente com o Presidente;

d) - fazer pagamentos em espécie, nos limites e pela forma que forem estabelecidos pelo Conselho Fiscal;

e) - ter em dia a escrituração da receita e da despesa da Associação;

f) - Apresentar à Diretoria o relatório da situação financeira, que deve ser encaminhada à Assembleia Geral e a prestação de contas, que deve ser encaminhada ao Conselho Fiscal, fornecendo a esses diferentes órgãos as informações suplementares que lhe forem solicitadas.

Art. 20.o — Compete ao 2.o Tesoureiro:

a) — substituir o Tesoureiro nos seus im-

pedimentos temporários ou eventuais.

Art. 21.o - Compete à Supervisora.

a) - colher todas as informações necessárias às deliberações da Diretoria que não sejam de atribuição imediata do Secretário ou do Tesoureiro;

b) - dar a conhecer ao corpo social e ao corpo técnico daquelas deliberações da Diretoria que não sejam peculiares aos membros desta;

c) - estudar as condições da sociedade que possam interessar à Associação e dar conhecimento das mesmas à Diretoria;

d) - dirigir todas as relações com o público que não sejam de caráter formal;

e) - manter correspondência com todas as agremiações congêneres e intercâmbio de informações com elas;

f) - organizar e providenciar a efetivação de cursos de estudos que interessam à Associação, tanto para pais como para educadores.

Art. 22.o - O Conselho Fiscal eleito, pela Assembléia Geral com mandato de Direção igual ao da Diretoria, se compõe de vinte e um membros.

§ 1.o - Compete ao Conselho Fiscal verificar a contabilidade da Associação, dando parecer, ao menos anualmente, sobre contas da Diretoria, após exame das mesmas feito por um contador diplomado, pelo mesmo Conselho colhido.

§ 2.o - No caso de haver no Conselho Fis-

cal; um contador diplomado, o exame poderá ser feito por este, se assim decidirem os seus pares.

§ 3.o - O exame das contas, além de ser feito anualmente para apresentação ao Conselho Fiscal, deverá ser repetido no caso de vaga na tesouraria, e também submetido à aprovação do mesmo Conselho.

Art. 23.o - O patrimônio social será constituído pelas contribuições dos sócios, subvenções, auxílios, legados, donativos, rendas, produtos de jogos esportivos, festas, conferências, sessões cinematográficas e pelos bens que a Associação vier a adquirir.

CAPÍTULO IV

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 24.o - Os presentes Estatutos só poderão ser reformados inclusive no tocante à Administração, em Assembléia Geral extraordinária, convocada com trinta dias de antecedência, na forma do Art. 6.o e seus §§

Art. 25.o - A extinção da Associação só poderá ser decidida por deliberação de duas Assembléias Gerais ordinárias sucessivas, realizadas com intervalo de três meses.

Art. 26.o - Na falta de Regimento Interno, a Diretoria submeterá ao Conselho Fiscal normas regulando provisoriamente o funcionamento da Associação.

Art. 27.o - Quando for julgado convenien-

te, a Assembléia Geral poderá deliberar que a Associação se reúna a outras de objetivos análogos existentes no país, para constituirem uma Federação.

§ único - Em tal oportunidade, a Federação passará a exercer as atividades de escopo nacional, incluídas nêstes Estatutos.

Art. 28.o - O mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal e da Supervisora, eleitos em 9 de Novembro de 1957, terminará em 31 de Dezembro de 1959.

O presente Estatuto foi aprovado em Assembléia Geral realizada em 8 de Novembro de 1957 e registrada no Cartório de Hipotecas, sob nº 228 lls. 70, em 17/3/1958.

ADMINISTRAÇÃO

A AJPAE foi fundada em 7 de Setembro de 1957
Foi então eleita a seguinte Diretoria.

Presidente	Luz Pizzinato
Vice-Presidente	Cecilia Paschoal Felipozzi
Secretário Geral	Guilherme Enfeldt
Secretário Adjunto	Virgílio Torricelli
Tesoureiro	Generoso Mario Bocchino
Tesoureiro Adjunto	Antonio Sciamarelli
Supervisora	Prof. Ignez A. O. Enfeldt



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Proc. 7.985

Projeto de lei nº 1.073, de autoria do vereador sr. José Pedro Raimundo, considerando de utilidade pública a Associação Jundiaiense de Pais e Amigos dos Expcionais.

PARECER Nº 2.234

A Associação Jundiaiense de Pais e Amigos dos Expcionais é uma sociedade civil com sede e foro neste município, cuja finalidade é promover o bem estar e ajustamento social dos indivíduos excepcionais.

Justo e oportuno, portanto, o presente projeto.

Sala das Comissões, 19/11/1959.

Pedro Gazzi
Pedro Gazzi
Presidente e Relator.

APROVADO O PARECER EM

Carlos Gomes Ribeiro

José Hélio Hércules

Waldemar Giarolla

Oswaldo Bárbaro



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

PROJETO DE LEI Nº 1.073

A Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, decreta a seguinte lei:

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública a Associação Jundiaiense de Pais e Amigos dos Expcionais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jundiaí, em um de dezembro de mil novecentos e cinquenta e nove.

Lázaro de Almeida
Lázaro de Almeida,
Presidente da Câmara.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

CÓPIA

2

dezembro

59

PM.12/59/21:-

7.985:-

Exmo. Sr. Prefeito

A devida sanção desse Executivo, tenho a honra de encaminhar-lhe o projeto de lei nº 1.073, devidamente aprovado por este Legislativo em Sessão Extraordinária realizada no dia 30 de novembro próximo passado.

Valho-me da oportunidade para reiterar a V.Excia. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

Lázaro de Almeida,
Presidente da Câmara.

ANEXO:- Dúas vias da lei.

A S.Excia. o Sr. Dr. Vasco Antônio Venchiarutti,

DD. Prefeito Municipal de Jundiaí,

Manta.

-VT/DGC/-

2

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



- LEI nº 800, de 11 de DEZEMBRO de 1959 -

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 30/11/1959, PROMULGA a seguinte lei:

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública a Associação Jundiaiense de Pais e Amigos dos Excepcionais.

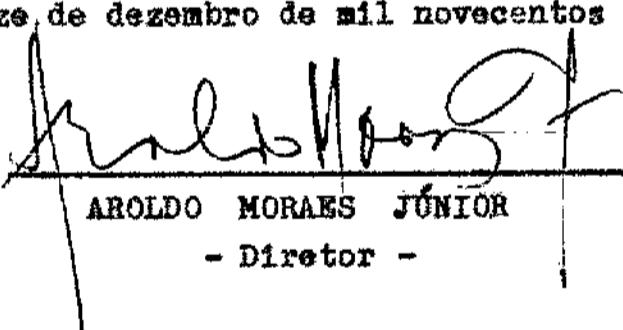
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vasco Venchiarutti

Arq. VASCO ANTONIO VENCHIARUTTI

- Prefeito Municipal -

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura Municipal de Jundiaí, em onze de dezembro de mil novecentos e cinquenta e nove.


AROALDO MORAES JÚNIOR

- Diretor -

" O JUNDIAIENSE " Nº 11,266 de 22 de Dezembro de 1.959.

P/P:-

LEI N.º 800, de 11 de DEZEMBRO DE 1959

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal, em sessão, realizada no dia 30/11/1959, PROMULGA A seguinte lei:

Art. 1º — Fica considerada de utilidade pública a Associação Jundiaiense de Pais e Amigos dos Expcionais.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arq. Vasco Antônio Venchiarutti
Prefeito Municipal

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura Municipal de Jundiaí, em onze de dezembro de mil novcentos e cinquenta e nove.

AROLDO MORAES JUNIOR
Diretor

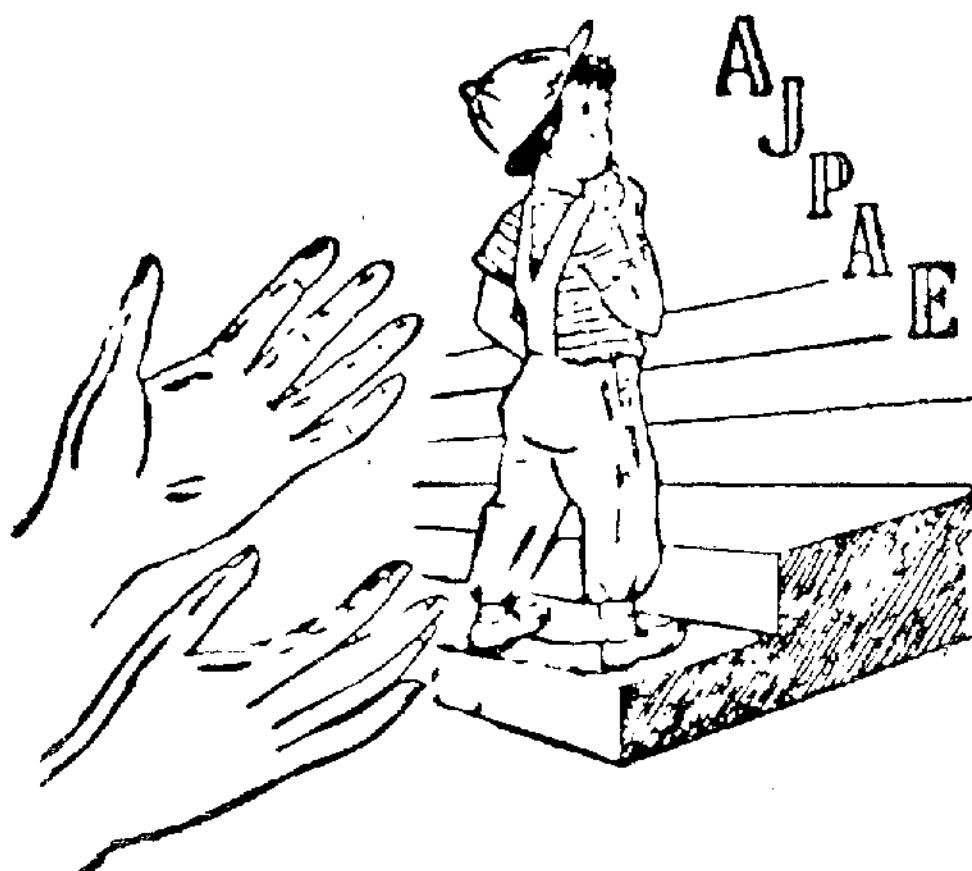
Associação Jundiaiense de Pais e Amigos dos Excepcionais

(Declarada de utilidade pública por Lei Municipal de 1959)

Secretaria à rua do Rosário, 145 - Telefone, 5415 - Cxa. Postal, 173
(Sucursal de "A GAZETA")

Oficinas Pedagógicas "Santo Antônio" à rua Senador Fonseca, 914-

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1960



Temos o prazer de apresentar o 4º relatório de trabalhos realizados pela AJPAE do exercício de 1960.

A Diretoria sente-se feliz por ter realizado o Programa a que se propôs levar avante no período findo.

A organização teve trabalhos de pesquisas anos antes, até que foi fundada a 7 de setembro de 1957 e continua firme na sua tarefa de educação de excepcional.

Este ano foi pleno de realizações, e podemos afirmar que os alunos a nós confiados pelos Srs. pais estão sendo assistidos humana e científicamente.

Todos os alunos que freqüentam a Oficina Pedagógica Santo Antônio desta entidade, já foram examinados pelo psicologista Sr. Arlindo Cunha, da Faculdade de Filosofia de São Paulo. Exames clínicos pelo médico Dr. Celio Ciari. Exames de laboratório pelo analista Sr. Machado. Exames Otorrinolaringologia pelo Dr. Cld F. Ognibene. Exames de abreugrafia pelo Dispensário de Tuberculose. Dr. Gilberto L. Pereira da Silva. Exames dentários pelo Dr. Romão de Souza e orientação pedagógica pela prof. Olivia Pereira da Sociedade Pestalozzi do Brasil e Conselheira da AJPAE.

Recebem a orientação pedagógica da professora Ruth Carturan, que também fez um curso de 4 meses no Rio, curso esse patrocinado pelo Ministério de Educação e pela APAE, do Rio de Janeiro.

Como ecônoma da Oficina Pedagógica Santo Antônio foi nomeada a Sra. Vanda de Souza Lança.

A pedido da AJPAE conseguimos a nomeação, pela Prefeitura Municipal, a 5 de janeiro de 1961 dessa auxiliar que tem apresentado um trabalho eficiente, nomeação que agradecemos ao Sr. Prefeito Municipal Dr. Omair Zomignani que compreendeu a alta finalidade da AJPAE.

D. Vanda de Souza Lança está fazendo um estágio no Lar Escola São Francisco. Deveremos essa gentil cooperação à sua incansável diretora daquela organização D. Hecilda Campos Salgado.

Como organizador da Oficina Pedagógica contamos com a colaboração do Sr. Sergio Scarazzato.

No inicio do ano de 1960, como é previsto nos Estatutos, realizou-se a Assembléia Geral para eleição de nova diretoria que ficou assim constituída: Presidente D. Cecília Paschoal Felipozzi — Vice-Presidente D. Marieta Haddad — Tesoureiro — Sr. Virgílio Torricelli — 2º Tesoureiro — Sr. Marcos Guimes Panotto — Secretário Gersl — Guilherme Enfeldt — Secretaria adjunta — Alzira Rossi da Silva — Supervisora — Ignez A. Oliveira e Silvia Enfeldt — Assistente Social — Tracy Bueno — Conselho Fiscal: Dr. Bento do Amaral Gurgel, Dr. Rubens do Amaral Gurgel, Sr. Joaquim Lino de Camargo Junior.

— 4 —

Foram adquiridos: um mimeografo para confecções de cartilhas, com mesas e trabalhos para os alunos etc.

Um fichário para sócios e alunos e que está sendo organizado pela 3.a secretária D. Alzira Rossi da Silva e pela auxiliar Edna Aparecida de Souza.

Essas aquisições foram efetuadas com os donativos da brilhante organização «Roda Amiga», e cuja iniciadora foi a Sra. Maria Aparecida Sarpi.

CAMPANHA DA CRIANÇA EXCEPCIONAL

21 a 28 de agosto

«A criança retardada pode ser ajudada»

Este é o slogan escolhido para a campanha da criança excepcional que teve inicio a 21 de agosto e terminou a 28 do mesmo mês.

E' um momento que visa a reparar técnica, social e financeiramente a criança retardada.

A campanha teve inicio no Rio de Janeiro liderada por pessoas de destaque social, e que foi aqui seguida por nós, porém um movimento muito menor. Foram enviados ofícios às autoridades, Diretores de Grupo Escolares, Instituto de Educação, Ginásios, Colégios e firmas industriais e comerciais. Distribuímos 200 cartazes alusivos à campanha. Deram a sua contribuição os escoteiros do Grupo Escolar «Pedro de Oliveira»,

tendo à frente o Prof. Nathanael Silva Júnior promovendo um desfile pelas ruas e a Delegacia Regional do Ensino.

Recebemos donativos de diversas firmas e contribuição em dinheiro do desfile da escoteiros.

Assinalamos também com prazer a visita que fez à Oficina Pedagógica Santo Antônio a imagem de Nossa Senhora de Fátima acompanhada pelos Rev. padres Capuchinos, no dia 18 de maio às 8 horas.

O Governador Carvalho Pinto doou à AJPAE um terreno sito à rua Dr. Francisco Teles em Vila Aens.

Registrarmos também a contribuição valiosa do Teatro Guarany de Comédias, dirigido pelo Sr. Miguel Latorre, com a apresentação da peça «A COMPADECIDÃO» que registrou aprecitável renda.

A AJPAE, nos foi oferecida uma bolsa de estudos pela APAE, do Rio e pelo Ministério da Educação. Essa bolsa foi oferecida à prof. Ruth Carturan, que já estava prestando serviços docentes junto à Oficina Pedagógica Santo Antônio da AJPAE. A prof. Ruth Carturan estava 4 meses no Rio de Janeiro de Agosto a Dezembro. Ela entre nós, distribuindo os seus conhecimentos aos alunos da Oficina Pedagógica. Substituiu-a a prof. Eloisa Pereira e que depois de um mês foi substituída pela prof. Nadir Rod. de Paula Lima.



Visita de N. S. de Fátima à Oficina Pedagógica Santo Antônio - 13 de Maio de 1960 (ac cito)
Grupo da banda rítmica "Colibri". 1.º aniversário da inauguração da Oficina
Pedagógica Santo Antônio - 13 de Junho de 1960 (em baixo)

Frequentou também um curso de educação para o excepcional, por intermédio da AJPAE as profs. Palmira Mietto e Nair Rodrigues de Paula Lima. Esse curso foi ministrado pela prof. Olivia Pereira.

BAZAR BENEFICENTE

Foi aberto um bazar benéfico com material confeccionado pelos alunos da Oficina Pedagógica e doações.

A sala para a instalação do bazar foi cedido gentilmente pelo casal João Duarte Pais, à rua Barão de Jundiaí n.º 778.

O bazar foi inaugurado pela Sra. Flora Elys Bianchi Zomignani, esposa do Sr. Prefeito Municipal Dr. Omair Zomignani.

O bazar teve a duração de 3 dias: 14, 15, e 16 de outubro de 1950, com bom resultado financeiro.

MEDALHAS

Foram confeccionadas medalhas comemorativas ao 4º aniversário de Jundiaí para serem vendidas ou sorteadas em benefício da AJPAE.

Em novembro foram enviados ofícios de apelo às indústrias e comércio locais, para maior cooperação.

Foram enviados também cartões de boas festas a firmas comerciais e sócios da AJPAE.

NATAL DO EXCEPCIONAIS

Foram inúmeros os donativos recebidos pela AJPAE por ocasião do Natal.

Irmãos Bochino — Angelo Pelliciari — Benjamim Herman — D. Adelalde Molina — Cláudia Jundiaiense de Madeira — Indústria Francisco Pozzani S/A — Eurídice O. Silva — Drogasil — Banco do Est. de São Paulo — Anísio V.M. Galvani — Célio de Freitas — Juracy Carturan — Plínio de A. Ramos e Sra. — Sérgio Brandini e Sra. — D. Cecília P. Felipozzi — Cia. Cicá — Lanifício Argos — Gaspar Gasparini — Máquinas de Costura Vigorelli do Brasil.

Foram confeccionados pelos alunos da Oficina Pedagógica: trabalhos em rafia, feltro, marcenaria, modelagem, pintura, etc.

EXAMES MÉDICOS E DE LABORATÓRIO

Exames médicos — 16
(Dr. Celso Ciari)

Exames pelo laboratório «OSWALDO CRUZA» — 31
(Geraldo S. Machado)

Abreuografia — 15
(Dr. Gilberto L.P. da Silva)

Exames Ctorriolaringológicas — 3

Tratamento — 2
(Dr. Cid Faria Ognibene)

Exames psicológico — 22
pelo psicólogo Arlindo Cunha

Exames de olhos
Dr. Oswald de Almeida — 1

Dr. Adilson Marques da Silva — 3

Anamnese pe'a prof. Iracy Bueno e Ignaz Enfeldt — 22

(IMPRENSA E RÁDIO)

Merece menção especial a co-
operação da imprensa e rádio:
Rádio Santos Dumont — Rádio
Difusora Jundiaiense — «A
FOLHA» — «A GAZETA», se-
são o Parto «O JUNDIAI-
ENSE» — todos com grande a-
cervo de bons serviços presta-
dos à causa.

AGRADECIMENTOS DA DIRETORIA DA AJPAE às

fírmas:

Irmãos Bochino — Benjamim
Herman — A Sra. Maria Azare-
sida Martho e senhoras do Gré-
mio C.P. — Angelo Pelliciari —
sr. Xisto Paraiso — Indústria
Pozzani — Euridice O. Silva —
Drogasil — Cia. Jundiaiense de
Madeiras — Cia. Fiação Tece-
lagem Jundiai — Miguel Lator-
re — Luis Latorre — Dr. Ceci-
lia P. Felipozzi — Cia. Gessy
Industrial de Vaiinhos — Dr.
Célio Ciari — Dr. Cid Faria
Ognibene — Dr. Oswaldo de
Almeida — Dr. Abrão
Aum — Companhia Fiação
Tecelagem Fides — Dr. João
Gunha Júnior — Luiz Manfrotti
— Marieta Haddad — Dr. Jo-
sé Alves da Silva — Geraldo
Machado — Sérgio Galetti —
Gordinho Braune S/A. — Ban-
co do Estado de São Paulo — D.
Adelaide Molina — Juracy
Carturan e colegas — Cia. Cica
— Lanifício Argos — Gaspar
Gasparian — Máquinas Vigorelli
do Brasil S/A. — Indústria
Andrade Latorre S/A.

CORRESPONDÊNCIA

Avoluma-se a correspondên-
cia recebida e expedida.

Foram expedidos um total de
702 cartas, cartões, telegramas e
recebidos 81.

VERBA DO GOVERNO DO ESTADO

Através do educador deputado Solôn Borges dos Reis, que
no ano anterior possibilitou uma
verba de Cr\$ 25.000,00 no exer-
cício de 1960, para 1961 o mes-
mo deputado fez constar do or-
çamento Cr.\$ 40.000,00.

Agradecemos a cooperação do
ilustre educador.

VERBA DA UNIÃO

Apesar de todos os esforços,
a AJPAE não recebeu a verba
de Cr.\$ 200.000,00 da LBA de
1959, e nem a de Cr.\$ 50.000,00 do
Ministério da Justiça em 1960.

Para 1961 o deputado Harry
Normanton fez constar do orça-
mento, conforme sua comunica-
ção, a verba de CR\$ 100.000,00
ainda não recebida no entanto.

Agradecemos essa ajuda da
quele deputado federal de Jun-
dial.

PROBLEMA DE INTERNACÃO DE MENORES

Atendendo dois pedidos do
Juizado de Menores de Jundiai,
por várias vezes a AJPAE des-
tacou a sua secretaria e super-
visora para cuidar do problema.
As vagas foram conseguidas e
seriam preenchidas mediante
documentação daquele Juizado
que nos foi prometida e está
sendo aguardada.



Semana da Criança Retardada - 21 a 28 de Agosto de 1960 — Cooperação dos escoteiros do Grupo Escolar "Rafael de Oliveira". (ao alto)

Benção do Bazar pelo Rvmo. M. Dr. Arthur Ricci - Inaugurado pela sra. Flora Elis Zomignani, esposa do Dr. Omair Zomignani, prefeito municipal. (em baixo)

Educandário próprio

O problema que vai se apresentar à Diretoria da AJPAE é a construção do educandário próprio com todas as instalações de salas de aula, oficinas etc. Essa construção será feita no imóvel de Vila Arens, à rua Francisco Telles, doado pelo Estado no Governo Dr. Jânio Quadros e cuja doação se efetivou no Governo Prof. Carvalho Pinto.

As deficiências atuais serão sanadas no novo Educandário e as experiências até aqui acumuladas permitirão um trabalho mais completo.

Com a ajuda de Deus e a compreensão dos homens de boa vontade, a obra será levada adiante

DIRETORIA DE 1961

Presidente d. Cecilia Paschoal Felipozzi; Vice, d. Marieta Hadad; Tesoureiro, sr. Virgílio Torricelli; Tesoureiro adjunto sr. Marcos Guines Pantojas; Secretário Geral sr. Guilherme Enfeldt; Secretário adjunto d. Alzira Rossi da Silva; Supervisora Prof. Ignez A.O. e Síva Enfeldt; Assistente Social d. Iracy Bueno.

CONSELHO FISCAL:

Dr. Bento do Amaral Gurgel,
Dr. Rubens do Amaral Gurgel,
e Sr. Joaquim Lino de Câmara Júnior.

ASSOCIAÇÃO JUNDIAIENSE DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Exercício de 1960

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA PATRIMONIAL

	ATIVO	PASSIVO
CAIXA	4 770,30	
BANCOS	156 518,80	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	61 460,60	
MAQUINISMOS	37 275,00	
FERRAMENTAS	5 000,00	
MEDALHAS DE OURO	27 420,00	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	292 444,70	
	292 444,70	292 444,70

Virgílio Torricelli,
Tesoureiro — Contador CRC 8785
Cecília Paschoal Felipozzi,
Presidente.

Jundiaí, 31 de dezembro de 1960

**ASSOCIAÇÃO JUNDIAIENSE DE PAIS E
AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**

Exercício de 1960

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES
PATRIMONIAIS**

	CR\$	CR\$
RECEITA	328 951,80	
DESPESA		300 860,10
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS:		
Móveis e Utensílios —		
Acréscimo verificado	Cr\$ 46 460,60	
Medalhas de ouro	Cr\$ 27 420,00	
Fornecedores pagos (de 1959)	Cr\$ 6 921,70	80 802,30
RESULTADO DO EXERCÍCIO:		
	409 753,60	300 860,10
«Superavit» econômico verificado		108 893,50
	409 753,60	409 753,60
	—————	—————
	—————	—————

Jundiaí, 31 de dezembro de 1960

Virgílio Toricelli,

Tesoureiro — Contador CRC 8785

Cecília Paschoal Felipozi,
Presidente

ASSOCIAÇÃO JUNDIAIENSE DE PAIS E
AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Exercício de 1960

BALANÇO FINANCEIRO

SALDOS DE 1959:

R E C E I T A Cr.\$

Caixa	49 796,30
Bancos	123 401,60
	<hr/>

BAILE DA PETROLA	18 440,00
RIFA DE UM CORTE TROPICAL	370,00
MENSALIDADES — ALUNOS	6 230,00
MENSALIDADES — OFICINA	77 575,00
MENSALIDADES	31 127,50
RESULTADO BAZAR	13 280,00
SUBVENÇÃO ESTADUAL	25 000,00
CONTRIBUIÇÃO RODA AMIGA	50 000,00
CONTRIBUIÇÃO GREMIO RECREATIVO DOS EMPRE. —	
GADOS DA CIA. PAULISTA	25 000,00
RESULTADO FESTIVAL GRUPO DE COMEDIAS	
GUARANI	26 100,00

DONATIVOS: —

Indústrias Andrade Latorre	10 000,00
Credi Rei S/A — Modas e Confecções	5 000,00
Indústrias Gasparian	10 000,00
Gerdinho Braune S/A,	5 571,80
Xisto Araripe Paraíso	1 000,00
L. Bocchino & Cia,	1 000,00
Indústrias Vigorelli	1 000,00
Prefeitura Municipal	1 000,00
Diversos	13 350,70
	<hr/>

RENDA OFICINA	1 005,00
RENDA MIMEO'GRAFO	1 200,00
JUROS BANCA'RIOS	4 351,80
RENDAS DIVERSAS	750,00
	<hr/>

463 149,20

463 149,20

	DESPESA	Cr\$
PESSOAL	65 000,00	
ALUGUEL	50 520,00	
ASSISTENCIA MEDICA	11 450,00	
PROF. OLIVIA PEREIRA	3 000,00	
MO'VEIS E UTENSILIOS	46 460,50	
IMPRESSOS E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	22 605,80	
FARMA'CIA	735,00	
CORREIO	1 020,00	
LUZ	1 422,00	
FORNECEDORES (1960)	7 106,70	
PASSES ESCOLARES	3 675,00	
DESPESAS DE INSTALAÇÃO	3 268,00	
OFICINA — MATERIAL DE CONSUMO	24 801,50	
AGASALHOS, SAPATOS, COSTURAS	4 784,00	
BOLSAS DE ESTUDOS	7 600,00	
MEDALHAS DE OURO PARA VENDA	27 420,00	
NATAL OFICINA	7 441,00	
TECIDOS	10 000,00	
DESPESAS DIVERSAS	8 238,50	
COMISSÃO COBRADOR	4 517,00	
<hr/>		
SALDOS PARA 1961:		
Caixa	4 770,30	300 860,10
Bancos	156 518,80	161 289,10
		<hr/> 462 149,20
		<hr/>

Jundiaí, 31 de Dezembro de 1960

Virgilio Torricelli —
Tesoureiro — Contador CRC 8785

Cecília Paschoal Felippozzi,
Presidente.

ANDAMENTO DO PROCESSO

COMISSÕES

C. J. R.

10/11

C. F. O.

C. O. S. P.

C. E. C. H. A. S.

Ao Sr. Vereador

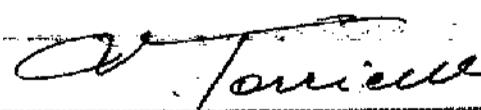
Presidente relator - 19/11/59 Pedro Japi

ANEXOS

Fls. 1. 3. 4.

AUTUADO EM

10/11/1959



SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO